



## **IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo**

Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

GT: Teoria do Discurso e Pesquisa em Educação

### **POLÍTICA DEMOCRÁTICA RADICAL E A GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA**

**Viviane Peixoto da Cunha<sup>1</sup>**

#### **RESUMO**

A gestão democrática foi garantida como princípio da educação na Constituição Federal de 1988. Respetivamente, as demandas da década de 1990 por uma gestão por resultados, oriundas das medidas neoliberais na educação reposicionaram no debate suas noções funcionalistas tensionando novas disputas. A perspectiva crítica, ao contrapor essa lógica em defesa de um projeto de transformação social, tem projetado um modelo ideal da atividade política democrática para escola pública, incorrendo em totalidades essencialistas e identidades pré-determinadas. Com base na Teoria do Discurso (TD) e na vertente política democrática radical e plural proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, o presente texto analisa os limites de tais discursos sedimentados para a contestação da atual dinâmica social suturada e com diferentes identidades políticas emergentes. Considera propício esse debate para repensar a atividade política da gestão da escola diante dos desafios contemporâneos (que não apenas apontam para entrega de resultados educacionais, como também, para a defesa de um projeto autoritário que ataca os ideais e os mecanismos democráticos).

**Palavras-chave:** gestão democrática, democracia radical, teoria do discurso

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Departamento de Políticas Públicas, Avaliação e Gestão – Faculdade de Educação – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: vivianepaixoto@yahoo.com.br

## Introdução

### *Atual cenário da democracia e as demandas políticas emergentes*

Esse texto baseia-se na ontologia pós-estrutural da Teoria do Discurso (TD) e na vertente política democrática radical e plural de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para reconsiderar a relação estabelecida entre democracia e a atividade política da gestão da educação.

Temos observado no Brasil, e também em outras partes do mundo, uma profunda transformação na conduta política dos governos, que parece estar deteriorando a confiança na democracia<sup>2</sup>. Como parte desse movimento, no último mês de agosto<sup>3</sup>, em diversos pontos da nação foi lida a “Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito”. Já consagrada como um movimento histórico em defesa da democracia no Brasil, a exemplo das ações de resistência durante o último período da ditadura civil-militar no país, conta com um nível de adesão superior a 1,1 milhão de signatários dos mais variados estratos sociais.

A crise democrática tem sido examinada sob diferentes perspectivas. Referindo-se ao comportamento dos dados do *Democracy Index*, o sociólogo político americano, Larry Diamond (2015) utiliza o termo “recessão democrática”, observando a estagnação do crescimento de sociedades democráticas, o aprofundamento do autoritarismo nas não democráticas e a queda progressiva do funcionamento e autoconfiança das democracias “consolidadas”.

Levitsky e Ziblatt (2018), autores do livro<sup>4</sup> (*Como morrem as democracias?*), também entram no debate destacando, que o fenômeno “crise das democracias” se tornou o atual objeto de preocupação da ciência política. Salientam que em fases anteriores, diferentemente, estudos debruçaram-se na compreensão das condições da transição de um regime político

---

<sup>2</sup> Vale destacar que na primeira metade do século XX, o debate sobre a democracia tinha como objeto o problema de sua *desejabilidade*. Assumiu lugar de destaque no campo político, nos momentos pós-guerras mundiais e no período da chamada Guerra Fria (conflito político-ideológico entre o entre capitalistas/ USA e socialistas / União Soviética). Desde então a *democracia passou a ser defendida como um valor universal* (Coutinho, 1984), sobretudo no ocidente e tornou-se alvo de disputas travadas em torno de suas concepções. Parece-nos, no entanto, que um outro momento se inaugura – a *deterioração da confiança na democracia*.

<sup>3</sup> 11/8/2022

<sup>4</sup> Os autores desenvolveram um estudo histórico e comparativo de esgotamentos democráticos, especialmente na Europa e América Latina para ponderarem sobre as razões e efeitos das eleições de 2016 nos Estados Unidos (ascensão de Donald Trump). Entre outras considerações, destacaram que as democracias contemporâneas estão morrendo nas mãos de governantes eleitos, de dentro do sistema, que lentamente subvertem o processo democrático para aumentar seu poder.

autoritário para o democrático, seguindo com o foco em análises da qualidade dos governos democráticos.

Em relação ao foco de análise que esse texto percorre, tomamos a análise de Chantal Mouffe, cientista política belga, para considerar que a democracia no decorrer de sua constituição foi sendo reduzida ao seu componente liberal, significando apenas a presença de eleições livres e a defesa de direitos humanos. Para Mouffe (2018), embora tenha passado a existir um volume de retórica democrática, a política foi se tornando mero instrumento de gerenciamento da ordem vigente, fazendo da soberania popular obsoleta e se distanciando de sua vocação pelo dissenso. Isso, porque, as eleições realizadas tenderam a limitar-se a projetos consensuais oferecidos pelos partidos de centro-direita e centro-esquerda, uma vez que passaram a não oferecer mais a oportunidade de decisão por meio de propostas antagônicas.

Sob essa linha de abrangência, Mouffe (2018) considera que o “momento populista” que marca o nosso tempo pode representar, portanto, um “retorno do político” e indicar tanto uma passagem para “experienciais autoritárias – através de regimes que enfraquecem as instituições democráticas liberais -, mas também pode levar a uma reafirmação e extensão dos valores democráticos”.

Mendonça (2019) ao refletir sobre a crise das democracias liberais, reforça a ideia acima, apontando o populismo como uma alternativa (democrática, ou nada democrática) que tem se despontado com a esperança de que vozes discordantes sejam ouvidas.

Vale destacar, que esse texto ao assumir como referência, a teoria política do discurso, trata o fenômeno populista como “uma estratégia discursiva de construção de uma fronteira política que divide a sociedade em dois campos e mobiliza os desfavorecidos contra aqueles no poder”<sup>5</sup>. Não o trata, portanto, como uma doutrina ou com uma ideologia definida. Mas, como antagonismo fundamental entre o povo e os seus inimigos. É nessa direção de compreensão, que Mouffe (2018) e Mendonça (2019) consideram o populismo de esquerda como uma estratégia discursiva contra hegemônica, que poderia combater o populismo de direita conforme vem sendo sustentado.

Ao tomar a apreciação de Mendonça e Resende (2021) sobre o assunto, a distinção entre os dois tipos principais de populismo, o de direita e o de esquerda precisam ser considerados. Para os autores, o primeiro está estruturalmente associado a discursos

---

<sup>5</sup> Adotamos a perspectiva de Ernesto Laclau que em seu livro, *A razão populista* analisa o populismo, desde uma perspectiva pós-estruturalista, dispensando a lógica classista marxista-althusseriana.

xenofóbicos, racistas, nacionalistas e excludentes. Enquanto que o populismo de esquerda vincula-se às políticas inclusivas e/ou emancipatórias.

Transpondo essa perspectiva para discorrermos o atual cenário político no Brasil, é possível afirmarmos que a ascensão do populismo de direita, refletido, especialmente na eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e dilatado no decorrer de seu governo, procurou romper com a ideia consensual que até então vinha sendo estabelecida e manifestou-se, principalmente por meio de movimentos como: Vem pra rua; Revoltados online; Endireita Brasil e Brasil livre. Somados a profunda crise econômica e a escândalos de corrupção, tais movimentos utilizaram de maneira eficaz as novas mídias e redes sociais apresentando uma imagem de prejuízos ao povo brasileiro com as ações do governo até então no poder e conseguiram articular uma série de demandas e reivindicações de setores populares que se sentiam excluídos, oferecendo novos caminhos para o reestabelecimento do país.

A fronteira, portanto, entre o “povo” versus o *establishment* político (representado pelo Partido dos Trabalhadores-PT) foi criada com sucesso e desde então vivenciamos uma série de deslocamentos<sup>6</sup> e a constituição de novas identificações políticas em diversas áreas, inclusive na educação.

Um dos aspectos que nos chamam a atenção nesse percurso tem sido as características autoritárias desse governo e sua reverberação nos projetos educacionais empreendidos.

Conforme já discutido em trabalho anterior (Cunha; Lopes, 2022) alguns estudos internacionais têm se debruçado em compreender as novas tendências híbridas do autoritarismo, caracterizadas por governos eleitos democraticamente que desenvolvem rapidamente traços autoritários e oferecem um perigo para o respeito aos direitos humanos e às liberdades democráticas. Dentre diversas questões, tais estudos têm debatido sobre a maneira com que essas tendências afetam as percepções dos cidadãos sobre o autoritarismo, tornando-o desejável e sustentado pelo apoio popular (Ezrow, 2018).

Somados ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo, projetos autoritários têm ganhado força no ambiente educacional. Além de se focarem em um currículo regulado por avaliações em larga escala, de acordo com sua instrumentalidade, o que vemos sendo alaistrado nos últimos anos, como reflexo do populismo de direita, tem sido também a exclusão de práticas educativas sob a abordagem intelectual crítica e a exclusão de ideias democráticas. Como exemplos, podemos citar a defesa e a implantação de projetos como a Escola sem partido; Militarização da gestão da escola; Homeschooling, entre outros.

---

<sup>6</sup> De acordo com a teoria do discurso, deslocamento trata-se do momento quando o modo de ser do sujeito é experimentado como disruptivo. Quando o sujeito é chamado a confrontar a contingência das relações sociais.

Em processos como esses, a gestão da escola pública se subscrive em novos jogos políticos. O deslocamento que vem ocorrendo no imaginário político nacional tem apontado a necessidade de uma significativa reestruturação do campo, para a dinamização da atividade político democrática e para a manifestação de novas lógicas e estratégias de atuação. Consideramos, ainda urgente um engajamento crítico na educação, que erga condições para analisarmos a atual conjuntura, repensarmos nossas lutas políticas e criarmos formas concretas de intervenção no contexto da escola pública.

Nesse texto, apresentamos os limites subjacentes da perspectiva crítica sedimentada no campo do conhecimento da gestão da educação para a defesa democrática. Questionamos discursos que projetam para a política democrática da gestão da escola pública um modelo ideal a ser alcançado a partir de uma suposta fundamentação racional<sup>7</sup> e colocamos sob suspeição o realismo, o essencialismo e o determinismo que tem fundamentado tais discursos.

### **Atividade política democrática da gestão sedimentada na produção acadêmica crítica e projetada para escola pública**

Não consideramos o campo acadêmico da gestão educacional plenamente constituído por processos claros e lineares, mas, carregados de lutas políticas que buscaram garantir a fixação de sentidos para o modo de gerir a escola e, portanto, influenciar práticas e produção de políticas para a área. Sua historicidade, contingência e precariedade nos permitem, portanto, reconhecer esse texto inserido no processo de intervenção política.

Vinculados a uma pesquisa mais ampla em que temos reunido diversos estudos que analisam a produção do conhecimento desse campo no Brasil, é possível afirmarmos que a perspectiva crítica se alargou no curso das demandas reivindicativas contra o regime político autoritário na década de 1980. Sob um movimento de identificação com o espectro da esquerda<sup>8</sup>, o que se buscava com essa perspectiva, naquela ocasião, era ordenar um projeto educacional firmado no compromisso da transformação social, tendo como base os ideais de vida coletiva e emancipação humana que pudessem contribuir progressivamente para uma

---

<sup>7</sup> De acordo com Chantal Mouffe – Qualquer modelo que apresente uma solução final para os conflitos da vida em sociedade é fundamentado em um racionalismo que terá como consequência o enfraquecimento da vida política e a destruição da própria democracia.

<sup>8</sup> De acordo com Marilena Chauí (2007), o eixo de esquerda pendia para uma específica forma de conceber o socialismo: ele somente poderia ser cogitado, como projeto e como empreendimento prático, se estivesse associado a uma revolução democrática que trouxesse consigo novas instituições representativas, novas formas de pensamento e cultura, maiores espaços de participação e modalidades mais adequadas de gestão e governo da sociedade.

esfera pública democrática. Buscava-se com isso, a constituição de uma retórica no campo que fosse capaz de denunciar a ocultação do controle do estado e dos interesses da produtividade econômica dos processos administrativos e deslocar o imaginário político de uma tecnoburocracia de especialistas na gestão, para o imaginário de uma democracia participativa nos processos de deliberação e tomada de decisão quanto aos assuntos educacionais. Isso se pode dizer que foi alcançado com sucesso.

No entanto, os estudos referidos acima, observam na produção acadêmica crítica que a lógica normativa acerca de um ideal democrático foi sendo sedimentada, incidindo no *modus* operante para a realização de pesquisas na área, a saber: a) aplicação de conceitos teóricos ou normatizações (da gestão democrática) na realidade investigada como forma de confirmá-las ou refutá-las; b) verificação, interpretação e explicação de casos particularizados (de democratização da gestão) educacional apresentando-os como bem-sucedidos ou não; c) prescrição das formas pelas quais as escolas devem se orientar para alcançarem um (ideal democrático), firmado em objetivos emancipatórios e de transformação da realidade.

Argumentamos aqui sobre a importância de retrabalharmos a nossa defesa pela democracia, de maneira menos fantasmática (sem promessas de plenitude a ser alcançada) e afastados de um fechamento normativo estruturado para estabelecer os princípios subjacentes da justiça social que devam moldar os nossos arranjos institucionais e as condições prévias e procedimentais para alcançar um consenso racional.

Isso, porque, tal disposição em que as pesquisas estão sedimentadas, tende a contribuir para o aprofundamento do modelo hegemônico de uma gestão educacional gerencial, bloquear possibilidades de resistências concretas a esse modelo e contribuir para o alargamento de práticas autoritárias, uma vez que não tem sido capaz de apresentar uma resposta progressista para as reais demandas educacionais que têm sido traduzidas pelo setor econômico e conservador. Além disso, tendem a se tornar inadvertidamente antidemocrática ao expulsar e apagar diferenças e demandas plurais do contexto educacional, na medida em que partem de uma concepção de homogeneização da soberania popular, do desejo de construção de uma ordem social transparente, da busca pela emancipação universal, de identidades pré-estabelecidas e muita das vezes restritivas a luta de classes, bem como das supostas ideias de progresso. Somado a tudo isso, ao estabelecerem a lógica de negociação entre interesses contrários e o consenso racional plenamente inclusivo se tornam incompatíveis ao aprofundamento da democracia no que tange ao respeito recíproco às diferenças.

## **Vertente política democrática radical e plural e suas contribuições a gestão democrática da escola pública**

Nesse texto, abordamos a vertente pós-estrutural da política democrática radical e plural<sup>9</sup>, desenvolvida por Laclau e Mouffe como uma alternativa não-hegemônica. Inspirados na tradição marxista, na psicanálise lacaniana e em uma concepção schmittiana do político, a referida vertente é constituída pela ideia de hegemonia na perspectiva pós-marxista; seguindo com as noções de pluralismo, cidadania e identidade e a ideia da inerradicabilidade do político.

Laclau e Mouffe defendem que a política democrática precisa ser capaz de se expandir e questionar todas as formas de subordinação, dominação e opressão com elementos de domínio social para além das lutas de classe, considerando as novas características dos movimentos sociais e luta política no mundo globalizado, que se expressam em torno de diferentes formas de conflitos (ecológico, racial, étnico, religioso, de gênero, nacionalista, econômico, entre outros).

Ao argumentarem sobre a ineficácia tanto da tradição do liberalismo – democracia liberal, quanto do socialismo marxista – social democracia para oferecer respostas adequadas aos problemas em curso, propõem um movimento de desconstrução<sup>10</sup> (dos aspectos realistas, essencialistas e deterministas) em que tais tradições são firmadas e sem romper com elas, procuram articular<sup>11</sup> determinados princípios:

No caso da tradição liberal – acolhem o liberalismo político pluralista (o princípio de igualdade e liberdade) e a preservação (do estado de direito, da separação de poderes e da liberdade individual). Rejeitam, no entanto, o caráter da racionalidade que oculta atos de exclusão por meio da busca de um consenso racional como defesa de direitos liberais; o caráter da individualidade que impede a formação de identidades coletivas e o caráter da universalidade que estabelece uma substância comum a qual participam os cidadãos para que sejam tratados como iguais em uma democracia.

---

<sup>9</sup> A partir da tese de Laclau e Mouffe alguns modelos alternativos de política democrática foram desenvolvidos. Como exemplo podemos citar: democracia agonística (Canolly); pluralismo agonístico (Mouffe), democracia aversiva (Norval).

<sup>10</sup> A partir dos anos 60, a proposta desconstrucionista de Jacques Derrida, inspirada em Nietzsche e Heidegger apresenta um "para além de". A atitude desconstrutiva joga com as brechas e incompletudes do que é, do que se apresenta como clausura e reativa as questões na própria tradição, para outras possibilidades de ser.

<sup>11</sup> A articulação é uma prática estabelecida por uma relação entre elementos de tal modo que sua identidade é modificada (Laclau; Mouffe, 2015, p.105)

Já no caso da tradição social – sustentam as preocupações das concepções clássicas<sup>12</sup> da democracia radical (o aprofundamento da participação popular e da problematização das desigualdades na distribuição de poder) – em defesa da soberania popular (formação coletiva e formação da vontade). Reformulam, todavia, a ênfase em uma concepção de homogeneização em torno de uma visão única de bem-comum/ vontade coletiva que elimina a possibilidade do pluralismo, bem como sua pretensão de emancipação total para alcançar uma ordem social transparente, em perfeita harmonia e autogovernada.

Nessa perspectiva, a condição de uma sociedade radicalmente democrática é abandono da aspiração por um único fundamento e a consideração do seu caráter contingente, precário e radicalmente aberto.

A constituição do social está sempre aberta a contestação política (promovida pelo antagonismo, conflito e dissenso) que é inerradicável da sociedade. Isso pressupõe abandonar a ilusão racional de um regime “político” através do qual os diferentes fins do homem poderiam ser harmonizados. Qualquer crença em uma eventual solução definitiva dos conflitos, longe de fornecer o horizonte necessário ao projeto democrático, efetivamente o coloca em risco.

Seguindo a compreensão da impossibilidade de eliminar essas relações de poder, a política, sempre implica o estabelecimento de fronteiras, a formação de um "nós" em oposição a um "eles". Desse modo, a política democrática deve mostrar os traços da exclusão que governam sua constituição. Não há possibilidade de pensar a política sem nenhum tipo de exclusão. A possibilidade de discordar sobre a interpretação e a implementação dos princípios democráticos precisa ser considerado. Não se trata de buscar uma superação da divisão, do antagonismo, mas pensar como constituir formas de poder compatíveis com valores democráticos de modo que haja consciência e aceitação da particularidade e a limitação de suas reivindicações.

Além disso, o sujeito político como um agente descentrado, constitui o ponto de interseção de uma multiplicidade de posições subjetivas, indicando o rompimento com todas as formas de essencialismo – que venham tratar o sujeito homogêneo (essencialmente dado historicamente com identidade e interesses fixados) e do mesmo modo, o povo como uma entidade unificada e homogênea dotada de uma vontade coletiva única e geral.

---

<sup>12</sup> De acordo com os apontamentos de Norval (2001), a tradição democrática radical é uma crítica particular do liberalismo, que pode ser rastreada até os escritos de Rousseau e Marx que concebiam a política em termos negativos como algo a ser superado em favor de uma sociedade transparente e com uma representação da totalidade (a vontade geral em Rousseau; o proletariado em Marx).

Sob essa ótica, a política democrática não deve ser considerada simplesmente como uma forma de governo com o intuito de agregar ou disputar interesses pré-determinados/ pré-constituídos. Se o poder é considerado como constitutivo do social, não pode ser tratado como uma relação externa que acontece entre duas identidades pré-constituídas, mas antes como constituinte das próprias identidades num terreno precário e sempre vulnerável. A política democrática deve ser encarada como condição para articular interesses e identidades coletivas em torno de posicionamentos claramente diferenciados, onde conflitos legítimos tomam forma e são institucionalizados para que se haja escolhas entre alternativas reais.

Diante do exposto, a democracia radical e plural não tem como objetivo definir um ordenamento político que se pretenda pleno e capaz de solucionar questões de conflito. Ao contrário, postula que na democracia, toda solução é provisória e temporária (um resultado contingente da contestação política). Assim, há uma reformulação da noção de hegemonia a partir da perspectiva discursiva. Uma intervenção contra hegemônica não busca desvelar a “verdadeira realidade” ou “interesses reais” das práticas de dominação, mas rearticular uma dada situação em uma nova configuração. Enquanto a desarticulação se refere ao momento de contestar as sedimentações da ordem dada, expondo sua “artificialidade” e desafiando o “senso comum” que elas estabelecem (reprimindo outras alternativas), a rearticulação captura o momento de construir politicamente a alternativa à ordem hegemônica.

Em contraste com outras vertentes da democracia radical, a vertente pós-estrutural de Laclau e Mouffe não tenta especificar pré-condições normativas e fundamentos para o discurso democrático. Em vez de buscar construir condições ideais para o funcionamento democrático, parte do pressuposto de que o trabalho teórico deve evitar o fechamento de seus sentidos. Procura, portanto, equilibrar a necessidade de unidade com a necessidade de pluralidade; a defesa da democracia com a inescapabilidade de conflito; e a mobilização de dissenso com a construção de discursos e projetos que encorajam a renovação democrática.

Pensar essa perspectiva democrática para a atividade da gestão da escola pública pressupõe uma reativação no campo político. É preciso reformular a visão que herdamos.

## Considerações finais

Os fenômenos políticos populistas que hoje percebemos no Brasil revela um cenário suturado, sob a emergência de diferentes identidades políticas e contestações aliadas a práticas educacionais conservadoras e autoritárias.

Com Mouffe aprendemos que imprimir nossa resistência apenas rotulando-os como de “extrema direita” ou “neofascistas” é uma tarefa politicamente enfraquecedora. O desafio posto, ao ser pensado no contexto da atividade democrática da gestão da escola pública, propõe uma estratégia operacional de mobilização e disponibilização de uma linguagem diferente de modo que os indivíduos envolvidos com as propostas educacionais alinhadas ao neoliberalismo e neoconservadorismo, possam se juntar à disputa progressista na medida em que percebam que lhes são oferecidas outras formas de significar suas demandas.

Nesse sentido, o gestor não deve encarar sua atuação política como **mediador** de conflitos a fim de atingir uma finalidade específica (previamente definida) na busca de um consenso racional. Mas encará-la como **articulador** de demandas em direção de objetivos mais igualitários. Trata-se, de atuar para consolidar uma disputa hegemônica, na medida em que busca desarticular as práticas sedimentadas na formação existente e, através da transformação dessas e da instauração de novas práticas, estabelecer pontos nodais de uma nova formação hegemônica.

Para movimentar a área e a produção do conhecimento, argumentamos que a vertente da política democrática radical e plural aqui abordada se coloca como alternativa *não hegemônica* para a gestão da educação diante desses desafios contemporâneos - para além da ênfase restrita aos direitos individuais e à soberania, vontade coletiva/popular absolutas. Essa abordagem contribui para questionarmos e desestabilizarmos as atuais demandas articuladas pelos partidos populistas de direita em relação a educação, sem, contudo, propor uma anulação das diferenças em uma identidade universal. Mas, ao sustentar uma arena plural, pretende defender a integridade de formas de vida com as quais os indivíduos possam se identificar.

## Referências

CUNHA, V.P.; LOPES, A.C. Militarização da gestão das escolas públicas: a exclusão da atividade política democrática. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 43, p. 1-16, 2022. <https://doi.org/10.1590/ES.258252>.

ESROW, N. Authoritarianism in the 21st century. **Cogitatio**, Lisbon, v. 6, n. 2, 2018. <https://doi.org/10.17645/pag.v6i2.1610>.

LACLAU, E. **A razão populista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOPES, A. C. Articulações de demandas educativas (im)possibilitadas pelo antagonismo ao “marxismo cultural”. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe, v. 27, p. 109-129, 2019. <https://doi.org/10.14507/epaa.27.4881>.

MENDONÇA, D.; RESENDE, E. A especificidade do populismo de esquerda. *História* (São Paulo), v.40, e2021061, 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021061>.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018.

MUELLER, A. O marxismo cultural e o politicamente correto contra o povo – quem vence? **Instituto Ludwig von Mises Brasil**, 16 out. 2018. Disponível em: <https://www.mises.org.br/ArticlePrint.aspx?id=2953>. Acesso em: 8 mar. 2019.

NORVAL, A. Radical democracy. In: CLARKE, P.; FOWERARKE, J. **Encyclopedia of democratic thought**. Routledge. London. 2001.